



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 03/12/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Rosangela Moro (UNIÃO - SP) - A Deputada celebrou o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e afirmou defender essa pauta antes mesmo de assumir o mandato. Recordou que, em 2023, o Governo Lula enrijeceu as regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), medida cujo veto foi derrubado pelo Congresso Nacional. Ademais, criticou o Veto Total nº 44, de 2025, apostado ao Projeto de Lei nº 2.621, de 2023, que torna obrigatória a distribuição do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), destacando seu custo irrisório. Além disso, explicou a importância do cordão para evitar hostilidade contra pessoas com deficiências não aparentes. Condenou ainda gastos oficiais mantidos sob sigilo, envolvendo o Presidente Lula e a Primeira-Dama. Ao final, lamentou o erro do Governo e conclamou o apoio dos Parlamentares para a derrubada do voto.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado lamentou a morte do menino Benício, vítima de superdosagem de adrenalina em atendimento de emergência, afirmando que a tragédia revelou falhas sistêmicas ainda presentes nos ambientes de cuidado. Relatou ainda que a médica responsável não tinha especialidade em Pediatria e prescreveu dosagem inadequada. Ademais, informou que apresentou o Projeto de Lei nº 6.042, de 2025, que dispõe sobre normas gerais de segurança na utilização de medicamentos de alto risco nos serviços de saúde. Ao final, defendeu o exame de proficiência médica para assegurar atendimento qualificado, sobretudo às crianças.

Leônidas Cristino (PDT - CE) - O Deputado destacou seu voto favorável ao Veto Parcial nº 29, de 2025, apostado ao Projeto de Lei nº 2.159, de 2021, que dispõe sobre o licenciamento ambiental. Ademais, lamentou a derrubada do voto que representa grave retrocesso, especialmente por ocorrer uma semana após a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), dedicada ao enfrentamento da crise climática. Além disso, apontou que a flexibilização aprovada acelera a liberação de empreendimentos de alto impacto e permite a expansão de projetos sobre territórios indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Criticou ainda dispositivos legais restaurados, como a Licença por Adesão e Compromisso (LAC) e o enfraquecimento de mecanismos de proteção. Ao final, alertou que as mudanças comprometem as metas assumidas pelo Brasil, prejudicam o agronegócio sustentável, afetam a credibilidade internacional e a balança comercial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado informou que o Senado aprovou o Projeto de Lei nº 2.294, de 2024, que institui o Exame Nacional de Proficiência em Medicina. Afirmou que a formação da médica envolvida no falecimento da criança, vítima de dosagem equivocada de adrenalina, teria ocorrido em instituição de qualidade precária e que a proposição aprovada busca garantir médicos qualificados para atender a população. Ademais, declarou que a expansão desordenada de instituições federais e, sobretudo, privadas tem provocado a precariedade do ensino médico, com escolas abertas sem condições mínimas de oferecer o curso. Ao final, defendeu a aprovação pela Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 785, de 2024, de sua autoria, que institui o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

Delegada Katarina (PSD - SE) - A Deputada celebrou os avanços recentes de Sergipe sob a liderança do Governador Fábio Mitidieri, do Partido Social Democrático (PSD), afirmando que o Estado vive transformação econômica e social histórica. Destacou o lançamento do programa habitacional Casa Sergipana, com investimento de 255 milhões de reais para cerca de 4.950 moradias. Ademais, apresentou dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) que apontam recorde de empregos formais e crescimento expressivo na geração de vagas, atribuindo esses resultados a políticas de inclusão produtiva. Adicionalmente, apontou que essas políticas garantiram ao Governador o Prêmio Nacional de Inclusão Socioeconômica, com Sergipe reconhecido em primeiro lugar no País no combate à desigualdade. Além disso, elogiou os bons resultados na segurança pública, saúde e educação, com a modernização das escolas e a expansão do ensino profissionalizante. Ao final, manifestou seu orgulho em integrar o projeto político estadual.

Denise Pessôa (PT - RS) - A Deputada celebrou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), do Projeto de Lei nº 2.812, de 2022, que revoga a Lei de Alienação Parental, vinculando essa medida ao aumento da violência contra as mulheres no Brasil. Além disso, relatou casos recentes de feminicídio em diversos Estados e afirmou que tais episódios refletem crise sistêmica, mencionando o registro de 1.450 feminicídios em 2024. Ademais, declarou que a legislação vigente inibe denúncias, pois mulheres temem punições e a manutenção de vínculos com agressores. Ao final, saudou o trabalho da Deputada Jack e de outras Parlamentares na aprovação da proposição, bem como a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 2024, que institui o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial (FNREPIR).

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado condenou a declaração do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), defendendo aumento salarial para juízes, afirmado que muitos magistrados já recebem, em média, 100 mil reais mensais e que quem deseja remuneração maior deveria atuar na advocacia privada. Ademais, criticou a decisão do Ministro do STF, Dias



Toffoli, de decretar sigilo nas investigações sobre o Banco Master, classificando o caso como um dos maiores escândalos de corrupção do País e questionando a quem interessaria o sigilo. Ao final, anunciou ter assinado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), apresentada pelo Deputado Delegado Marcelo Freitas, para reverter decisão do Ministro do STF, Gilmar Mendes, sobre a titularidade das ações por crime de responsabilidade relativas a Ministros da Suprema Corte, comprometendo-se também a apresentar PEC própria.

Lucas Redecker (PSDB - RS) - O Deputado repudiou a decisão monocrática do Ministro Gilmar Mendes que proibiu o Senado de abrir processo de *impeachment* contra Ministros do STF e condicionou o início do procedimento à Procuradoria-Geral da República (PGR). Criticou ainda a alteração do quórum necessário para aprovação do *impeachment*, de maioria simples para dois terços. Ademais, condenou o sigilo decretado pelo Ministro do STF, Dias Toffoli, no caso do Banco Master, destacando que a defesa do Presidente da instituição é conduzida por escritório vinculado à esposa do Ministro Alexandre de Moraes. Ao final, defendeu o fim das decisões monocráticas, a instituição de mandatos para Ministros do STF e a votação de projetos que alteram os regramentos da Corte.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado afirmou que, embora o Distrito Federal tenha renda *per capita* elevada, a saúde enfrenta caos, a educação vive dificuldades e os profissionais de segurança pública aguardam reajuste salarial. Ademais, criticou o Governador Ibaneis Rocha por desperdiçar recursos ao realizar evento no autódromo, criando camarote que custou mais de 1 milhão de reais. Além disso, declarou que o Governador deveria priorizar a recuperação dos 12 bilhões de reais perdidos na compra de títulos podres do Banco Master, em vez de oferecer mordomias a aliados. Ao final, destacou que o Governador não demonstra compromisso com o dinheiro público e pediu que administrasse o Distrito Federal com responsabilidade.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado repudiou portaria do Governo Federal que concede *tablets* a presos custodiados no sistema penitenciário federal. Declarou que a medida busca oferecer conforto aos detentos e reduzir o trabalho da Polícia Penal Federal, destacando que os equipamentos seriam de última geração e que presos poderiam até receber cursos para utilizá-los. Ao final, criticou o conforto e os luxos oferecidos aos criminosos enquanto os cidadãos pagam impostos elevados e são vítimas de ativismo político.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado denunciou ditadura do Poder Judiciário no País e recriminou o Supremo Tribunal Federal (STF) por interferir em todas as esferas, destacando condenações sem provas e perseguições a políticos da Direita. Ademais, criticou decisão monocrática do Ministro do STF, Gilmar Mendes, que restringiu ao Procurador-Geral da República a legitimidade para apresentar denúncia de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

impeachment contra Ministros do STF, considerando a medida violação das prerrogativas do Congresso Nacional. Além disso, declarou ter apresentado Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para restabelecer o equilíbrio entre os Poderes. Ao final, afirmou que o STF tem se colocado acima da lei e defendeu ações urgentes para conter seus abusos.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado afirmou que a decisão monocrática do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, tumultuou o cenário institucional ao atropelar a soberania do Congresso Nacional e estabelecer que apenas a Procuradoria-Geral da República possa abrir processo de *impeachment* contra Ministros da Corte. Ademais, considerou a decisão como autoblindagem e como afronta aos freios e contrapesos. Ao final, conclamou o Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, e o Presidente da Casa, Deputado Hugo Motta, a defenderem as prerrogativas do Parlamento.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado denunciou como golpe de Estado a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que restringiu ao Procurador-Geral da República a legitimidade para aceitar pedidos de *impeachment* contra Ministros da Corte. Afirmou que nenhum País democrático concentra tal prerrogativa em uma única pessoa e acusou o STF de perseguir opositores, censurar cidadãos e agir como ditadura do Poder Judiciário. Ademais, destacou o escândalo de corrupção envolvendo o Banco Master e criticou decisões recentes do Ministro do STF, Dias Toffoli. Ao final, conclamou o Senado e o Congresso a reagirem, defendeu a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição que restaure as prerrogativas parlamentares.

Delegado Éder Mauro (PL - PA) - O Deputado criticou o Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre, ao comentar a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que restringiu ao Procurador-Geral da República a legitimidade para apresentar pedidos de *impeachment* contra Ministros da Corte. Declarou que a decisão retira do Senado qualquer poder sobre o tema e subordina a Câmara Alta ao STF. Ademais, recriminou Senadores que aceitam essa condição. Ao final, assegurou que não permitirá que tal subordinação ocorra na Câmara dos Deputados.

Padovani (UNIÃO - PR) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, dos engenheiros Danielison Pinto e Kleber Ramirez, da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), que vieram para reuniões em gabinetes, Ministérios e para participação em seminário. Ademais, afirmou que o Paraná é exemplo de gestão bem-sucedida e destacou que o Município de Cascavel (PR) alcança 99,9% de cobertura de saneamento básico e de coleta de esgoto, enaltecendo o trabalho do Governador Ratinho Júnior e da comunidade local.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

Marcon (PT - RS) - O Deputado contestou as críticas dirigidas ao Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que alguns Parlamentares que atacam a Corte não têm legitimidade para fazê-lo. Ademais, sustentou que a democracia garante a existência dos Poderes e afirmou que, se o ex-Presidente Bolsonaro tivesse vencido as eleições, não haveria democracia devido ao golpe que estava sendo articulado em 2022. Além disso, recriminou os bolsonaristas presos e foragidos na Itália e nos Estados Unidos. Adicionalmente, tratou do preço do leite, relatando reuniões com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, e o Vice-Presidente da República. Ao final, destacou medidas do Governo Federal para apoiar agricultores familiares, como compra de leite em pó, fiscalização e restrição de importações.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado questionou o Presidente da sessão sobre a legalidade de um Parlamentar permanecer 30 dias sem registrar presença e ainda assim receber salário. Ademais, comparou a situação ao trabalhador da iniciativa privada, que não tem direito à remuneração quando falta injustificadamente, e afirmou que, se aceitasse receber sem trabalhar, estaria sendo desonesto. Ao final, destacou que, na condição de empresário, não pagaria a um funcionário que deixasse de trabalhar sem justificativa.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado celebrou indicadores sociais recentes, apontando que o Brasil saiu do Mapa da Fome pela segunda vez, registrou níveis históricos de empregabilidade e reduziu pobreza e extrema pobreza, citando dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Atribuiu esses resultados às políticas do Governo Lula, destacando a isenção do imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais. Ademais, defendeu o fim da jornada 6 por 1 e relatou debates na Comissão de Trabalho sobre a redução da jornada semanal sem diminuição salarial, ressaltando o Projeto de Lei nº 5.989, de 2025, de sua autoria, que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho semanal, bem como a proibição de trabalho aos sábados. Ao final, condenou a violência contra mulheres e todas as formas de discriminação.

Benes Leocádio (UNIÃO - RN) - O Deputado celebrou a decisão favorável do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) no processo de investigação que aplica medidas *antidumping* contra a entrada de leite em pó importado, sobretudo do Uruguai e da Argentina, que agora deverá ser fiscalizado obrigatoriamente. Afirmou que esses produtos chegam ao País com preços equivalentes ao leite nacional, prejudicando os produtores. Ademais, relatou que os pecuaristas do Rio Grande do Norte enfrentam seca, falta de apoio e dificuldades para adquirir insumos. Ao final, declarou esperar que a medida impedissem a invasão do leite importado e proteja o mercado interno.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado contestou a postura do Parlamentar Reimont na Comissão de Direitos Humanos, acusando-o de agir de forma covarde e antirregimental ao fazer, na Presidência, um resumo ofensivo ao Partido Liberal (PL). Ademais, afirmou não integrar partido que defende o Hamas, o Irã, a assistolia fetal ou que tenha se envolvido em escândalos como Lava Jato, Petrolão, prejuízos dos Correios e fraudes contra idosos do INSS. Ao contrário, declarou que o PL se destaca pela recuperação das estatais, pela vacinação e pela lisura. Ao final, sustentou que a condenação do ex-Presidente Bolsonaro decorre de narrativas e recriminou as decisões do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado recordou que a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima (COP) ocorreu no Brasil, mais especificamente na Amazônia, e criticou a discriminação cotidiana contra a região e seus habitantes. Afirmou que a Amazônia representava solução econômica para o País e defendeu investimentos que garantissem dignidade à população local. Também denunciou desigualdades, falta de infraestrutura e a precariedade no acesso à energia, saúde e educação. Ademais, criticou o Governador do Amazonas pela ausência de políticas públicas, citando o desempenho do Estado no Enem, problemas graves na rede escolar e caos na segurança pública. Por fim, reforçou o compromisso em defender os direitos dos trabalhadores e a conservação da biodiversidade.

Neto Carletto (AVANTE - BA) - O Deputado registrou a presença, na Casa, do Vereador Wanderson Rocha Leite e alertou sobre a recente demarcação de terras indígenas na área de Comexatibá, no Município do Prado (BA), com mais de 28 mil hectares. Em seguida, afirmou que a medida gerou forte preocupação entre produtores rurais e setores ligados ao turismo, atividade importante para a economia local. Defendeu o apoio da Casa a um projeto de decreto legislativo para derrubar a demarcação e garantir segurança jurídica, preservando o direito à propriedade privada e a paz na região. Citou ainda o avanço da criminalidade e a insegurança para investimentos no extremo sul da Bahia, reforçando seu compromisso com a população local.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que o Rio de Janeiro seguia belo por seu povo e suas riquezas, mas continuava apresentando graves problemas políticos. Nesse sentido, destacou a prisão do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Rodrigo Bacellar, suspeito de vazar informações de operações contra o crime organizado e de manter vínculos com o Comando Vermelho. Defendeu o avanço das investigações da Polícia Federal e da Justiça para enfrentar a “gangsterização” da política fluminense. Ressaltou ainda que ninguém estaria acima da lei e citou operações como Carbono Oculto e *Compliance Zero*, cobrando transparência e responsabilização para resgatar a dignidade da cidadania.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado informou ter protocolado um pedido de *impeachment* contra o Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Criticou decisão monocrática do magistrado do STF que alterou o rito de afastamento de Ministros da Corte, apontando que a mudança para quórum de dois terços no Senado dificultaria a responsabilização. Considerou a medida um desrespeito ao Legislativo e ao povo brasileiro. Afirmou ainda que a atual regra já exigia maioria absoluta para a cassação e defendeu a preservação das prerrogativas parlamentares enquanto forma de fortalecer a Justiça e a representação democrática.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado criticou a decisão do Ministro Gilmar Mendes sobre o entendimento de que apenas o Procurador-Geral da República poderia solicitar *impeachment* de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Afirmou que a medida contrariava a Constituição e enfraquecia o papel do Senado no julgamento de autoridades. Disse ainda que a vontade popular deveria ser respeitada e que o Legislativo tinha responsabilidade no controle institucional. Ademais, defendeu que Ministros que extrapolassem seus limites fossem responsabilizados e afastados. Concluiu reforçando que a atuação parlamentar deveria garantir a democracia e a soberania do povo brasileiro.

Padre João (PT - MG) - O Deputado parabenizou o Ministro da Justiça Ricardo Lewandowski pela demissão do Deputado Alexandre Ramagem e do ex-Ministro Anderson Torres da Polícia Federal. Na sequência, criticou o fato de que os Deputados Eduardo Bolsonaro, Carla Zambelli e Alexandre Ramagem continuavam exercendo mandato, recebendo recursos e participando da execução orçamentária mesmo após decisões do Supremo Tribunal Federal e acusações graves. Mencionou faltas não justificadas, uso de “emenda Pix” e condenações judiciais. Considerou escandalosa a omissão da Câmara diante de casos que envolveram crimes e fuga do País. Por fim, reforçou que faltas parlamentares comuns sofriam desconto salarial, enquanto situações mais graves permaneciam sem resposta institucional.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado criticou declarações do Parlamentar Padre João, afirmando que suas falas seriam ofensivas e inadequadas. Ainda sobre o assunto, declarou ser católico e considerou que o colega usou a tribuna para atacar pessoas que estariam sendo perseguidas pelo Supremo Tribunal Federal. Disse ainda que o Deputado Padre João defendia punições injustas e classificou como vergonhoso que o Parlamentar do PT mantivesse esse posicionamento no plenário.

Padre João (PT - MG) - O Deputado respondeu às críticas recebidas no Plenário, destacando que foi ordenado pelo Arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida, que o autorizou a atuar na política em defesa dos mais pobres, da justiça e da Constituição. Além disso, ressaltou que reconhecia o Estado laico e que nunca



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

utilizou a tribuna como púlpito religioso. Declarou que a política também era um espaço de compromisso social e reafirmou que a Câmara deveria cumprir sua responsabilidade constitucional. Ao concluir, criticou a manutenção de mandato e benefícios a Parlamentares acusados de atuar contra o País no exterior, classificando essa situação como escândalo institucional.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada afirmou que o Brasil estava em trajetória positiva, com avanços econômicos e sociais promovidos pelo Governo Lula. Destacou que a isenção total do Imposto de Renda para quem ganhava até 5 mil reais representava alívio para os trabalhadores. Além disso, mencionou que o Banco Central confirmou a queda da inflação para 4,43% e que o País voltou a crescer, atrair investimentos e gerar empregos formais. Ressaltou também que o diálogo internacional fortaleceu a posição do Brasil, citando a conversa entre o Presidente Lula e o Presidente dos Estados Unidos. Ao concluir, defendeu que os resultados concretos desmentiam discursos pessimistas sobre o País.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado registrou a realização de um dia de campo com lideranças do Alto Sertão Sergipano na Embrapa Semiárido. Destacou o trabalho de pesquisadores e trabalhadores da instituição, ressaltando projetos voltados à pesquisa de pequenos animais, gado leiteiro e produção de forrageiras, com foco na sustentabilidade e na agricultura familiar do Semiárido. Informou ainda ter destinado emendas para apoiar as atividades e acompanhar obras e iniciativas que fortaleciam a produção regional. Ao finalizar, parabenizou a equipe da Embrapa de todo o País, em especial a unidade localizada em Nossa Senhora da Glória (SE) e Feira Nova (SE), pelo compromisso com o desenvolvimento rural.

Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL - SP) - O Deputado criticou uma decisão do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, afirmando que ela ratificava um cenário em que integrantes do Judiciário atuavam sem controle externo. Nesse sentido, declarou que esse modelo lembrava estruturas de Poder sem participação popular e apontou que o Congresso não se mobilizava para promover reforma do sistema judicial. Ademais, destacou que o País passou a viver uma situação em que o Judiciário ampliava sua influência sem contrapesos institucionais, concentrando autoridade e reduzindo a atuação dos demais Poderes. Encerrou com crítica ao posicionamento do Parlamento diante desse contexto.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado registrou sua indignação diante de decisões do Judiciário que anulavam ou modificavam leis aprovadas pelo Congresso. Afirmou que a atuação do Supremo diminuía a função do Legislativo e questionou o papel da Casa diante de constantes interferências. Mencionou a decisão monocrática do Ministro Gilmar Mendes e cobrou reação firme do Senado para defender as competências



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

parlamentares, classificando a medida como desrespeito ao Congresso Nacional. Concluiu reforçando que o Parlamento precisava enfrentar a agressão institucional e preservar sua autoridade.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado registrou a presença do Reitor da Urcamp, Dr. Guilherme Bragança, no Plenário, destacando sua atuação na gestão da Universidade da Região da Campanha, com sede em Bagé (RS) e abrangência na Campanha Gaúcha e fronteira. Em seguida, informou que recursos haviam sido liberados para a instituição, responsável também pela administração do hospital universitário. Reforçou a reivindicação pela instalação do curso de medicina, considerado alinhado à vocação da universidade e essencial para fortalecer o atendimento regional.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado relatou que representantes da Direita e extrema Direita estão preocupados com decisões do Supremo Tribunal Federal e com ações da Polícia Federal que investigam políticos e empresários por corrupção. Também defendeu que a Constituição fosse cumprida quanto à perda de mandato de Deputados ausentes ou com direitos políticos suspensos. Além disso, destacou que o Governo do Presidente Lula tem promovido políticas públicas eficazes, com crescimento econômico, controle da inflação, aumento do salário mínimo e redução da pobreza extrema. Também mencionou avanços em educação, meio ambiente e programas sociais, reforçando que a atuação do Executivo fortalece o combate ao crime organizado e a justiça social. Afirmou que a economia apresentou sinais positivos e que parte da oposição reagiu a esse cenário.

Marcelo Álvaro Antônio (PL - MG) - O Deputado registrou preocupação com a situação da Santa Casa de Misericórdia de Campo Belo (MG). Afirmou que a instituição poderia estar sendo utilizada de forma política pelo provedor e mencionou denúncias de possíveis irregularidades na gestão. Informou ainda que empresários inicialmente aceitaram auditoria externa, mas depois recuaram, o que classificou como motivo de desconfiança. Reforçou que utilizaria as prerrogativas parlamentares previstas na Constituição para fiscalizar as contas e garantir transparência no uso dos recursos. Em seguida, anunciou que iria protocolar ofício na Santa Casa para obter todas as informações necessárias e assegurar melhores condições de atendimento à população do Município.

Daniel Freitas (PL - SC) - O Deputado destacou a importância dos Municípios e o papel dos Vereadores no atendimento às demandas locais. Em seguida, saudou a presença da Vereadora Pâmela e do Vereador Dudu, de Camboriú (SC), ressaltando que ambos acompanham de perto a gestão municipal e as questões de saúde. Também informou que, em atendimento às demandas trazidas pelos representantes do Município, foi encaminhada emenda de R\$ 1,5 milhão para o fortalecimento da telemedicina na cidade. Por fim, enfatizou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

que a visita dos Vereadores a Brasília resultou em ações concretas para melhorar os serviços públicos em Camboriú (SC).

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado destacou o papel do IBGE e afirmou que o País estaria mais pobre e desigual sem o trabalho da instituição. Defendeu que o Congresso destinasse recursos ao órgão no orçamento de 2026 para garantir a continuidade das pesquisas que revelavam a realidade social do País e fortaleciam Estados e Municípios.

Ivoneide Caetano (PT - BA) - A Deputada relatou reunião no DNIT com lideranças do oeste da Bahia para tratar da BR-135, considerada essencial para a região. Informou que o diretor do órgão, Sr. Fabrício Galvão, anunciou a entrega de quase 20 quilômetros da rodovia no início do próximo ano. Também agradeceu o Governador Jerônimo Rodrigues e o Presidente Lula pelo empenho na recuperação de estradas e destacou a presença de Vereadores de diversos Municípios do oeste baiano, que acompanharam a agenda e reforçaram as demandas locais.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada destacou que o Parlamento cumpriu um acordo firmado com médicos e médicos-veterinários, após negociações conduzidas com o Ministério da Gestão. Informou que a Ministra Esther encaminharia ao Congresso o PL das Carreiras, prevendo recomposição salarial para essas categorias. Também registrou satisfação com a aprovação da Medida Provisória que tratou do reajuste para servidores do Distrito Federal, incluindo aposentados e pensionistas do antigo Distrito Federal, tema considerado uma dívida histórica.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado registrou que a Comissão de Saúde aprovou o Projeto de Decreto Legislativo que eliminou a obrigatoriedade da vacina contra a Covid-19 para crianças a partir de seis meses. Afirmou que o País não estava mais em situação de emergência sanitária e que a manutenção da exigência não tinha fundamento. Também relatou casos de pais que enfrentaram multas, processos judiciais e ações de conselhos tutelares por não vacinarem seus filhos. Ao final, destacou que o debate não tratou da eficácia das vacinas, mas da pertinência da obrigatoriedade, e disse esperar que o tema avançasse no Plenário.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado registrou a presença do Prefeito Felipe Dias, de Cristino Castro (PI), destacando o crescimento da região do cerrado no Estado. Afirmou que o gestor tem conduzido uma administração reconhecida pela organização, planejamento e dinâmica, resultando em avanços no desenvolvimento local.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada criticou decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, afirmando que um Ministro teria atuado para se autoproteger ao alterar, por conta própria, regras sobre pedidos de *impeachment* de integrantes da Corte. Declarou que essa medida passou por cima do Senado e do Congresso, ressaltando que Ministros não têm mandato popular. Também questionou a atuação do Supremo, acusando-o de legislar, interferir em políticas públicas, agir sem transparência e adotar práticas corporativistas. Por fim, cobrou posicionamento das lideranças do Congresso, destacando que o Legislativo é o poder previsto pela Constituição como origem dos demais.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que o Governo do Rio de Janeiro estava profundamente associado ao crime organizado e citou o afastamento do Presidente da Assembleia Legislativa como exemplo da gravidade da crise institucional. Mencionou casos recentes, como os envolvendo a Refit e o Banco Master, que representaram perdas bilionárias para a população fluminense. Também afirmou que a corrupção alcançava os espaços públicos e que a situação configurava uma verdadeira máfia, alertando que, após a Assembleia Legislativa, o próximo foco seria o Palácio Guanabara.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado manifestou repúdio às ações do Supremo Tribunal Federal e questionou a atuação do Senado diante do que classificou como interferências do Judiciário sobre os demais Poderes. Afirmou que a Corte ultrapassou limites constitucionais e criticou a relação do STF com o Legislativo e o Executivo. Declarou que o Senado estaria desmoralizado e defendeu que a Câmara adotasse posicionamento firme para conter arbitrariedades. Também ressaltou que o Congresso não poderia aceitar a supremacia do Judiciário e chamou atenção para a necessidade de preservar as prerrogativas parlamentares diante de decisões que feriam a ordem constitucional.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada destacou o impacto das ações de prevenção ao câncer de pele em Rondônia, especialmente no contexto do Dezembro Laranja. Agradeceu aos profissionais do Centro de Prevenção e Diagnóstico do Câncer de Ji-Paraná (RO) e enfatizou que o trabalho desenvolvido há 4 anos já alcançou dezoito mil exames e procedimentos, beneficiando populações urbanas e rurais. Também ressaltou a importância da estrutura local e da unidade móvel que percorreu 37 localidades, ampliando o acesso ao diagnóstico precoce.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado apresentou questão de ordem, com base nos artigos 95 e 41, inciso XII, do Regimento Interno, ao relatar ofensa pessoal proferida pelo Parlamentar Sargento Fahur fora do microfone, ameaçando presença policial em sua residência. Demandou que o Parlamentar explicasse a motivação ao microfone. Contextualizou seu pronunciamento sobre o afastamento do Presidente da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, suposta ligação com o Comando Vermelho, desvio de 1 bilhão de reais pelo Governador no caso Banco Master e sonegação bilionária na Refit.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado respondeu às citações feitas pelo Parlamentar Glauber Braga durante a discussão em Plenário. Criticou Glauber por ter acusado o Governador do Rio de Janeiro de corrupção e de prever ações da Polícia Federal no Palácio, o que sugeriria acesso a informações privilegiadas. Também afirmou que sua fala sobre a possibilidade de a Polícia Federal ir à casa de qualquer Deputado não configurou agressão. Por fim, mencionou o processo no Conselho de Ética envolvendo Glauber e declarou que não pretendia prolongar o embate político.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado afirmou que o Brasil vive um cenário de sucessivos golpes institucionais promovidos pelo Supremo Tribunal Federal e criticou a decisão monocrática do Ministro Gilmar Mendes que retirou do Senado e dos cidadãos a possibilidade de apresentar pedidos de *impeachment* de ministros da Corte. Reforçou o pedido do Senador Davi Alcolumbre para que o Deputado Hugo Motta instale a comissão especial da PEC que extingue decisões monocráticas. Também defendeu o fim do foro privilegiado, o retorno da prisão após segunda instância e apresentou nova PEC para restituir ao Senado o poder de julgar ministros do STF.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado destacou que o Governo Federal retomou as investigações sobre práticas de *dumping* na importação de leite, atendendo a demandas de cooperativas e produtores. Informou que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços reativou um grupo interministerial para apurar indícios de concorrência desleal envolvendo países do Mercosul, como Argentina e Uruguai. Também afirmou que a entrada de leite importado pressionou o setor nacional e levou muitos produtores a abandonar a atividade, especialmente no Rio Grande do Sul. Ao final, defendeu medidas adicionais, como incentivos para a compra de leite em pó nacional e maior aquisição pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, para garantir renda ao produtor e preço justo ao consumidor.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado afirmou que a recente decisão do Ministro Gilmar Mendes representou um retrocesso institucional ao alterar o rito de *impeachment* de Ministros do Supremo Tribunal Federal. Relembrou que a PEC das prerrogativas buscava restabelecer garantias constitucionais e conter abusos do Judiciário, destacando que foi criticada pela imprensa e por Ministros do STF. Mencionou que a nova interpretação da Corte retirou dos cidadãos a possibilidade de apresentar pedidos de *impeachment* e elevou o quórum para abertura de processos no Senado, o que classificou como uma blindagem indevida. Por fim,



defendeu que o Congresso reaja, avance em propostas de mudança constitucional e impeça que o STF concentre poderes que, segundo ele, deveriam permanecer com o Legislativo.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado destacou a iniciativa do Vereador Rodrigo Marcial, que organizou o “Dossiê Moraes”, reunindo centenas de episódios classificados como abusos atribuídos ao Ministro Alexandre de Moraes. Afirmou que o documento expressava a mobilização de cidadãos e voluntários e reforçou sua expectativa de que o Senado conduzisse o primeiro processo dessa natureza contra um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Concluiu defendendo que a Casa não acolhesse a decisão monocrática do Ministro Gilmar Mendes, que, segundo ele, restringiu a iniciativa popular nesses processos.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado afirmou que o Brasil viveu um período marcado por pressões sobre a democracia e por um desequilíbrio entre os Poderes. Declarou que decisões monocráticas do Supremo Tribunal Federal limitaram a atuação do Congresso e impediram o avanço de propostas como o fim dessas decisões. Mencionou o art. 52 da Constituição, defendeu que o Senado recuperasse seu papel no julgamento de Ministros do STF. Por fim, classificou o momento como um estado de exceção e criticou decisão recente do Ministro Gilmar Mendes que restringiu a abertura de pedidos de *impeachment*.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou a iniciativa da Senappen, órgão do Ministério da Justiça, que estudava a distribuição de *tablets* para internos de presídios federais. Questionou a prioridade do Governo Lula ao comparar a medida com a falta de equipamentos e investimentos para estudantes de escolas públicas e institutos federais. Também apontou que a ação reforçava uma política que, em sua visão, beneficiava pessoas privadas de liberdade em detrimento de áreas sociais.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado afirmou que a decisão monocrática do Ministro Gilmar Mendes representou um insulto ao Congresso Nacional e uma afronta ao equilíbrio entre os Poderes. Argumentou que a medida blindou Ministros do Supremo Tribunal Federal ao impedir o avanço de pedidos de *impeachment*, retirando do Senado essa prerrogativa. Responsabilizou o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, por não ter dado andamento aos processos previamente protocolados e declarou que a decisão anulou essa competência. Também defendeu que o Congresso retomasse o debate sobre decisões monocráticas e reafirmasse suas atribuições constitucionais.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado afirmou que o País enfrentou graves prejuízos provocados por cerca de 1.200 empresas classificadas como devedoras contumazes, que teriam sonegado aproximadamente 250 bilhões de reais na última década. Explicou que esses grupos utilizavam estruturas complexas envolvendo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

importadoras, fundos e até organizações criminosas, gerando desequilíbrio fiscal e concorrencial. Destacou que o Governo Lula enviou em 2004 um projeto para combater esse tipo de sonegação, mas a proposta não avançou. Também informou que o Senado aprovou um texto atualizado que distingue o sonegador profissional do empresário em dificuldade e cria incentivos para quem paga tributos em dia. Ao final, questionou a falta de providências da Câmara diante da situação de três Parlamentares ausentes ou condenados.

Maria Rosas (REPUBLICANOS - SP) - A Deputada destacou que seu mandato destinou recursos que permitiram a realização de mais de 12 mil exames de mamografia e Papanicolau em São Paulo, em parceria com o Hospital do Amor de Barretos. Afirmou que a iniciativa levou atendimento preventivo a regiões onde o SUS era a única opção, mas com acesso limitado. Também ressaltou que os exames representaram cuidado direto com mães, filhas e avós que, em muitos casos, tiveram pela primeira vez a chance de prevenção. Por fim, agradeceu profissionais de saúde, prefeituras envolvidas e reafirmou que a pauta da saúde da mulher permaneceu como prioridade em seu trabalho legislativo.

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado criticou o Ministro Gilmar Mendes após decisão do Supremo Tribunal Federal segundo a qual apenas o Procurador-Geral da República poderia solicitar *impeachment* de Ministros da Corte. Afirmou que a medida representava uma afronta ao Congresso Nacional e à separação dos Poderes, acusando o Ministro de desrespeitar o Legislativo. Cobrou também uma reação do Senado, especialmente do Senador Davi Alcolumbre, e citou reportagens e críticas de outras autoridades para sustentar que Gilmar Mendes teria histórico de decisões lenientes. Por fim, disse que o Supremo estaria “destruindo a Justiça” e que o Legislativo deveria reafirmar sua independência diante dessas decisões.

Lucas Abrahao (REDE - AP) - O Deputado destacou que, em 5 de dezembro, o Amapá viverá um marco histórico na saúde pública com o início do serviço de radioterapia pelo SUS, eliminando a necessidade de deslocamento de pacientes para outros Estados. Atribuiu o avanço ao compromisso do Governador Clécio, que priorizou a saúde e firmou parceria com o Hospital de Amor, e ao apoio do Senador Davi Alcolumbre, além de diversas entidades e servidores. Enfatizou ainda que o tratamento oncológico próximo da família aumenta significativamente as chances de sucesso e celebrou que essa conquista simboliza o início de uma nova fase na luta contra o câncer no Estado.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado relatou ações recentes realizadas ao lado do Governador Jerônimo Rodrigues e outras autoridades nos Municípios de Mundo Novo (BA) e Ribeira do Amparo (BA), incluindo início de obras, inaugurações, entrega de equipamentos de saúde e investimentos em infraestrutura, como a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

manutenção de rodovia federal e a autorização para licitação de uma rodovia estadual de R\$ 32 milhões. Destacou repasses para custeio da saúde, recursos para Atenção Básica, verba do Turismo para construção de um balneário e outras melhorias locais. Concluiu afirmando orgulho em representar o sertão da Bahia e mencionou a futura inauguração do Instituto Federal Baiano, prevista para julho do próximo ano.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado Coronel Meira anunciou a criação, pelo Presidente da Câmara Hugo Motta, de uma Comissão Especial para analisar o Projeto de Lei nº 8.085, de 2014, atendendo a uma demanda das autoescolas brasileiras. Destacou que a iniciativa reforça a importância de discutir na Câmara temas relacionados ao ensino de direção, considerado essencial para a formação de novos condutores e para ampliar oportunidades de emprego por meio da obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Concluiu afirmando que este é o fórum adequado para tratar do assunto, e não resoluções de Ministros do Governo.

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado criticou a decisão do Ministro Gilmar Mendes, afirmando que ela representa uma afronta ao Congresso e evidencia a omissão do Senado na fiscalização do Supremo Tribunal Federal. Ressaltou que a decisão monocrática configura uma “blindagem vergonhosa” de um Poder que teria perdido a credibilidade perante a população. Afirmou ainda que o Congresso, por ser o órgão que representa a vontade popular, precisa reagir, defendendo o fim das decisões monocráticas, o término da vitaliciedade dos Ministros e a criação de mecanismos que permitam o *impeachment* de membros do Supremo.

Dr. Frederico (PRD - MG) - O Deputado destacou a realização do Seminário Dezembro Laranja na Câmara, agradecendo a participação de médicos dermatologistas e cirurgiões oncológicos e ressaltando a importância da prevenção do câncer de pele, o tipo mais comum no Brasil. Relatou que casos graves apresentados pelo Inca mostram que o câncer de pele é, inclusive, a principal causa de amputações no instituto, algo inadmissível diante de sua alta prevenção e fácil tratamento. Por fim, elogiou o engajamento da Câmara, das comissões envolvidas e da Sociedade Brasileira de Dermatologia, lembrando que o Congresso será iluminado na cor laranja para reforçar a campanha.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado criticou a atual composição do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmando que é a pior da história e defendendo que Ministros tenham mandatos, em vez de ocuparem o cargo por décadas. Acusou o Presidente Lula de indicar nomes partidários e ideológicos, citou decisões recentes que considerou prejudiciais e alegou omissão do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, por supostamente ter interesses no STF. Também contestou a decisão do Ministro Gilmar Mendes que limita



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

pedidos de *impeachment* de Ministros, chamando-a de ilegal, e defendeu a necessidade de debater uma nova Constituição diante do que classificou como abusos do Supremo.

Dr. Francisco (PT - PI) - O Deputado corrigiu uma omissão feita anteriormente e registrou a presença da Dra. Letícia, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia do Distrito Federal, ressaltando a importância de mencioná-la e agradecendo ao Presidente.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou a possível distribuição de *tablets* a detentos de presídios federais pela Secretaria Nacional de Políticas Penais, classificando a iniciativa como absurda e um desrespeito ao sistema penitenciário, defendendo que os equipamentos deveriam ser destinados a estudantes carentes. Mencionou presos de alta periculosidade para reforçar sua posição e também repudiou a decisão do Supremo Tribunal Federal que limita pedidos de *impeachment* contra Ministros, argumentando que isso enfraquece o Poder Legislativo e viola o equilíbrio entre os Poderes.

Cristiane Lopes (UNIÃO - RO) - A Deputada registrou o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e destacou um projeto inovador desenvolvido em Rondônia, em parceria com o Instituto Federal de Rondônia, financiado por sua emenda de bancada. Destacou que o projeto PCD+ Mães Atípicas oferece atendimentos odontológicos e oftalmológicos, além de capacitação profissional para mães atípicas, contando com uma sala especializada para acolher as crianças durante as atividades. Por fim, afirmou que seu propósito é cuidar de quem cuida e expressou esperança de que a iniciativa se expanda para todo o Brasil.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado afirmou que os indicadores econômicos recentes desmentem o discurso pessimista da Oposição e do mercado, citando a queda das projeções de inflação, especialmente a dos alimentos, a valorização do real frente ao dólar e o índice de desemprego de 5,4%, o menor da série histórica. Destacou também o aumento real do salário mínimo, o crescimento do PIB acima das expectativas e o impacto positivo da isenção do Imposto de Renda para 15 milhões de pessoas, que deve injetar R\$ 28 bilhões na economia. Além disso, comemorou a decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania de derrubar a Lei da Alienação Parental, que colocava em risco mulheres e crianças.

Geraldo Resende (PSDB - MS) - O Deputado relatou que, após mais de dois anos de esforços junto ao Ministério da Saúde e órgãos federais, foram lançadas em Dourados (MS) duas novas Unidades Básicas de Saúde destinadas às aldeias Jaguapiru e Bororó, substituindo estruturas precárias e atendendo três etnias da Reserva Indígena local. Ele destacou investimentos superiores a 3 milhões de reais, a expectativa de publicação do edital para o Parque Educação Indígena — que prevê duas creches em cada aldeia para atender



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

198 crianças — e mencionou outras frentes de atuação, como o acesso à água tratada e moradias dignas. Ressaltou que seu mandato prioriza entregas concretas, voltadas à melhoria das condições de vida da população indígena.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que uma decisão monocrática de um Ministro do Supremo Tribunal Federal representaria um avanço indevido do Judiciário sobre as competências do Legislativo, o que caracterizaria um “golpe” e levaria o País a uma situação de “ditadura judicial”. Criticou a interpretação que exige dois terços para o *impeachment* de Ministros da Corte, argumentando que isso o tornaria inviável, e acusou a Procuradoria-Geral da República de atuar de forma alinhada ao Supremo. Por fim, questionou se a grande imprensa dará a mesma atenção ao tema quanto deu à votação da Proposta de Emenda à Constituição das Prerrogativas.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada elogiou a decisão do Ministério da Justiça de exonerar dos cargos de Delegado da Polícia Federal, o Delegado Ramagem e Anderson Torres, além de suspender salários e verbas dos gabinetes dos Deputados Eduardo Bolsonaro, Carla Zambelli e Delegado Ramagem. Afirmou que essas medidas são importantes, mas insuficientes, defendendo que o Parlamento avance para adotar ações mais firmes contra mandatos que atentam contra a democracia. Por fim, ressaltou que a sociedade não deve sustentar Parlamentares condenados ou atuando contra os interesses do País.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada destacou dados do IBGE, divulgados pelo *UOL*, que apontam redução da pobreza no Brasil, resultado da continuidade das políticas do Governo Federal de combate à fome, à miséria e de fortalecimento da renda. Ressaltou medidas como a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil a partir de janeiro e a articulação entre políticas sociais e econômicas, que impulsionam a geração de empregos, a inclusão social e o consumo nas periferias.

Cristiane Lopes (UNIÃO - RO) - A Deputada destacou que, desde o início do mandato, tem direcionado emendas e recursos para ampliar a conectividade na Região Norte, especialmente em Rondônia. Enumerou os distritos que estão recebendo torres de telefonia móvel, abrangendo Municípios como Ariquemes (RO), Candeias do Jamari (RO), Rolim de Moura (RO), Theobroma (RO), Porto Velho (RO) e Nova Mamoré (RO). Agradeceu ao Ministério das Comunicações pelo apoio e ressaltou que a expansão da conectividade beneficia áreas essenciais, como segurança pública e saúde, reforçando sua contribuição por meio de emendas parlamentares.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada comentou que a Polícia Federal realizou busca e apreensão na 13ª Vara de Curitiba para apurar irregularidades ligadas à Lava-Jato, criticando o ex-juiz Sergio Moro por usar a operação como projeto político e por gerar impactos negativos na economia e na estabilidade do País. Defendeu que os responsáveis sejam punidos. Em contraste, celebrou a autorização do Presidente Lula para criação de 13 novos cursos nas universidades tecnológicas federais do Paraná, destacando o novo curso de Ciência de Dados e Inteligência Artificial em Londrina (PR). Por fim, saudou entidades e famílias no Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência e reafirmou o compromisso com essa pauta.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado condenou o crime bárbaro cometido contra Tainara Souza, atropelada e arrastada pelo companheiro, resultando na amputação de suas pernas. Denunciou a escalada de violência contra mulheres e o impacto devastador do feminicídio nas vítimas e suas famílias, especialmente nos filhos que ficam desamparados. Destacou ainda a recente portaria do INSS que facilita o acesso de crianças à pensão quando a mãe é vítima de feminicídio e defendeu transformar essa medida em lei. Por fim, reforçou a necessidade de combater com firmeza a violência contra a mulher e punir exemplarmente os agressores.

Cristiane Lopes (UNIÃO - RO) - A Deputada pediu novamente a instalação da Comissão Especial responsável por analisar a Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2023, que busca corrigir injustiças históricas com servidores que ajudaram a construir os Estados de Rondônia, Amapá e Roraima. Lembrou que a Proposta foi aprovada pelo Senado em 2023 e que, apesar de várias reuniões e do compromisso assumido pelo Presidente Hugo Motta, a Comissão ainda não foi instalada. Reforçou que os servidores da transposição desses Estados aguardam essa análise e renovou seu apelo pela implementação imediata da Comissão.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado prestou contas do mandato destacando que destinou diversas emendas parlamentares para o bairro de Mangabeira, o maior da Paraíba, com mais de 100 mil habitantes. Lembrou que, desde quando era Deputado Estadual, enviou recursos para a construção da ponte entre Valentina e Mangabeira, para o calçamento de todas as ruas do bairro, para a reforma do hospital Trauminha e para obras no Colégio Militar. Já como Deputado Federal, também destinou verbas para a construção de um novo CRAS. Afirmou ser o Parlamentar que mais enviou recursos para Mangabeira, bairro onde foi o mais votado e onde reside.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada agradeceu à Ministra Esther Dweck pela autorização para a nomeação de 321 novos agentes da Polícia Rodoviária Federal, publicação que beneficiou o Rio de Janeiro. Afirmou que o Estado deveria receber cerca de 140 policiais, reforço considerado essencial para as ações de



combate em andamento. Fez um apelo em nome da bancada fluminense à Ministra Gleisi, ao alertar que a pesca em Angra dos Reis (RJ) esteve sob risco devido a uma decisão de Docas do Rio de Janeiro. Criticou a atuação do superintendente responsável e pediu atenção para evitar prejuízos ao setor pesqueiro local.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada afirmou que o Brasil viveu um processo de “venezuelização” e declarou que o Congresso esteve esvaziado em suas competências. Criticou decisão monocrática do Ministro Gilmar Mendes, apontando afronta à Constituição, à Lei do Impeachment e ao Regimento Interno do Senado. Mencionou que dispositivos como o art. 41 da Lei nº 1.079 e o art. 52 da Constituição foram desconsiderados, o que enfraqueceu a separação dos Poderes e a soberania popular. Defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2021, que altera a Constituição Federal para dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de medidas cautelares nos tribunais.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada alertou para a necessidade de ampliar o debate sobre feminicídio, destacando que os casos recentes revelaram motivações além das relações afetivas. Mencionou episódio ocorrido no CEFET do Rio de Janeiro (RJ), onde um funcionário afastado por comportamentos discriminatórios contra mulheres retornou ao trabalho, matou duas funcionárias e depois tirou a própria vida. Citou ainda situações anteriores apresentadas no Congresso para ilustrar casos de violência de gênero fora do contexto de relacionamento. Defendeu que a bancada feminina analisasse possíveis agravantes e cobrou responsabilidade dos gestores quando forem identificados riscos às trabalhadoras, ressaltando a gravidade do ocorrido e a urgência de novas medidas de proteção.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado criticou a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, ao afirmar que a proposta não contemplou profissionais que atuavam na segurança pública estadual, como policiais militares, civis, penais, bombeiros militares e policiais científicos. Apontou que o texto enviado pelo Governo previa a criação de Polícias Municipais, mas que a discussão no Congresso tentava limitar essa estrutura apenas a cidades com mais de 100 mil habitantes, mantendo municípios menores restritos às Guardas Municipais. Informou que a diferenciação ignorava a realidade do crime organizado no país. Cobrou que o Relator, Deputado Mendonça Filho, rejeitasse essa alteração e criticou posições internas que prejudicaram as Guardas Municipais.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada registrou que a Bancada Feminina havia protocolado pedido de Comissão Geral para discutir o aumento dos feminicídios no País, solicitando que o tema fosse pautado pela Presidência da Câmara. Afirmou que os casos recentes evidenciaram falhas do Estado em interromper ciclos de violência



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

já sinalizados por denúncias, ameaças e pedidos de socorro. Destacou que o feminicídio afetava a democracia ao atingir diretamente mais da metade da população. Defendeu respostas mais estruturantes, como fortalecimento da rede de proteção, ampliação de casas-abrigo, aceleração de medidas protetivas e responsabilização de agressores. Concluiu que o enfrentamento exigia coragem política, participação da sociedade e maior engajamento dos homens para prevenir novas mortes.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado pediu ao Governo do Rio Grande do Sul ações urgentes para recuperar a ERS-569, que liga os Municípios gaúchos de Sarandi, Barra Funda, Novo Barreiro e Palmeira das Missões. Relatou que a rodovia apresentava buracos e ausência de sinalização, fatores associados ao aumento de acidentes registrados pela Polícia Rodoviária. Mencionou reclamações de moradores da região, incluindo lideranças locais como o Vereador Leno e outros representantes municipais. Reforçou o apelo dirigido ao Estado e ao DAER para garantir intervenções imediatas na via, considerada fundamental para o deslocamento e para a segurança da população missioneira.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada criticou reportagem do Fantástico que atacou Prefeitos de Santa Catarina ao retratar ações relacionadas à população em situação de rua. Afirmou que a matéria tentou caracterizar gestores como desumanos e ignorou o aumento de moradores de rua durante o Governo Lula, destacando impactos no centro de Florianópolis (SC) e episódios de violência relatados por moradores. Defendeu que os Prefeitos mencionados buscavam soluções para o problema e registrou repúdio ao enfoque adotado pela emissora. Expressou solidariedade aos gestores municipais que enfrentavam desafios na gestão da assistência e da segurança urbana.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado criticou decisão do Ministro Gilmar Mendes relativa à DPF 1.259, interpretada por ele como restrição à possibilidade de apresentação de pedidos de *impeachment* contra Ministros do Supremo. Afirmou que a medida contrariava o art. 52 da Constituição e a Lei nº 1.079, de 1950, questionando a atuação do Senado em processos de fiscalização. Também mencionou o cenário político nacional e cobrou reação dos Senadores diante do que classificou como desequilíbrio entre os Poderes.

Welter (PT - PR) - O Deputado relatou que o Governo retomou a investigação sobre possível prática de *dumping* no setor leiteiro, medida que já gerou reação entre empresas beneficiadas pelas importações. Afirmou que o Executivo deveria anunciar ações emergenciais para permitir medidas preventivas previstas nas normas internacionais de comércio, com impacto direto nos preços. Também destacou a intenção do Governo de adquirir leite para reduzir a oferta no mercado. Acrescentou que um grupo interministerial



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

passaria a atuar permanentemente para antecipar novas crises no setor. Informou que as iniciativas representaram avanço para uma cadeia essencial na geração de empregos e na segurança alimentar.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado registrou os 90 anos da Assembleia de Deus de São Borja (RS), presidida pelo Pastor Sidnei Silva, destacando que a atuação da igreja ultrapassava a evangelização e incluía ações sociais reconhecidas pelas autoridades e pela comunidade. Também mencionou os 73 anos da Assembleia de Deus de Rosário do Sul (RS), liderada pelo Pastor Marcos Bazana, cuja atividade combinava acolhimento, assistência e apoio a famílias em situação de vulnerabilidade. Ressaltou o impacto social das duas instituições e apresentou cumprimentos aos pastores, às equipes de obreiros e às respectivas membresias.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada registrou preocupação com a mobilização dos servidores públicos de Araçatuba, no interior de São Paulo, que reivindicavam direitos, valorização e condições de trabalho. Afirmou que não havia diálogo com o Prefeito e cobrou a abertura de negociação conforme o princípio da gestão democrática previsto na Constituição. Destacou que trabalhadores das áreas de educação, saúde, segurança e obras buscavam políticas de saúde mental e respeito institucional. Reforçou a importância do serviço público para garantir direitos fundamentais à população e manifestou solidariedade aos servidores e ao Município.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada criticou decisão do Supremo Tribunal Federal que suspendeu todas as ações judiciais relacionadas a cancelamentos, atrasos e alterações de voos no Brasil. Afirmou que a medida deveria se restringir a casos envolvendo situações de caso fortuito, mas acabou alcançando também processos que tratavam de responsabilidade direta das companhias aéreas, o que ampliou prejuízos aos consumidores. Explicou que a suspensão tinha como objetivo definir se esses casos seriam julgados pelo Código Brasileiro de Aeronáutica ou pelo Código de Defesa do Consumidor. Informou ter acionado o CNJ e a Presidência da Câmara para limitar os efeitos da decisão e acelerar sua análise, destacando o impacto sobre milhares de passageiros.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada comentou o Projeto de Lei nº 3.853, de 2019, que altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar a aquisição, por residente em área rural, de uma arma de fogo de uso permitido, e afirmou que o avanço legislativo perdeu significado diante de decisões recentes do Supremo Tribunal Federal. Citou liminar do Ministro Gilmar Mendes que restringia pedidos de impeachment de Ministros ao Ministério Público, avaliando que a medida interferia no papel do Parlamento. Mencionou preocupação com declarações públicas de autoridades, críticas ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

monitoramento de posições de Senadores e alertas sobre impactos para a relação entre os Poderes. Defendeu atenção do Congresso e de agentes políticos diante do que classificou como risco de diminuição das competências legislativas.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado relatou a presença, na Comissão de Direitos Humanos, de mães que perderam filhos e familiares em episódios de violência envolvendo agentes do Estado de São Paulo. Mencionou casos de jovens mortos em diferentes circunstâncias, incluindo um recruta do Exército, uma pessoa com deficiência e uma criança de 4 anos. Informou que o grupo buscava respostas e reivindicava a federalização das investigações sobre chacinas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Afirmou que as famílias denunciavam impunidade e pediam justiça, destacando o impacto dessas mortes sobre comunidades atingidas.

Juliana Cardoso (PT - SP) - A Deputada afirmou que o Estado de São Paulo registrava um dos períodos mais graves de feminicídios e criticou o Governador Tarcísio de Freitas pelo corte de 54% no orçamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Declarou que a redução comprometeria serviços de prevenção e proteção, caracterizando o gesto como violência institucional. Questionou como seria possível enfrentar assassinatos de mulheres diante do esvaziamento das políticas públicas voltadas ao tema. Alertou para o impacto do desmonte de estruturas de apoio e pediu que o Governo estadual adotasse medidas efetivas para garantir a vida e a segurança das mulheres.

Cristiane Lopes (UNIÃO - RO) - A Deputada registrou que havia cobrado do Governo Federal soluções para a crise leiteira em Rondônia e no País, causada pelo aumento da importação de leite em pó do Mercosul. Afirmou que o recurso apresentado pela CNA foi aceito e que o Ministério do Desenvolvimento decidiu retomar a investigação sobre possível *dumping*, medida que considerou essencial para proteger produtores nacionais. Destacou que o preço pago ao produtor rondoniense caiu para 1,65 real, provocando prejuízos ao setor, que reúne mais de 20 mil produtores no Estado. Reforçou a necessidade de suspender ou tarifar importações, além de ampliar fiscalização sanitária, subsídios, crédito e condições adequadas de financiamento para evitar a falência de produtores.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado criticou a decisão do Ministro Gilmar Mendes que suspendeu a prerrogativa do Senado de propor processos de *impeachment* contra integrantes do Supremo Tribunal Federal. Afirmou que o tema ainda seria analisado pelo Plenário da Corte entre os dias 12 e 19 e expressou preocupação sobre possíveis impactos em outras atribuições do Senado. Declarou que a medida representava autoblindagem do Judiciário e mencionou pedidos de *impeachment* de Ministros que não avançaram na Casa



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

Alta. Também mencionou decisões recentes que, em sua avaliação, limitaram prerrogativas do Parlamento e geraram insegurança constitucional. Concluiu alertando para riscos institucionais e para a necessidade de preservar competências previstas na Constituição.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado afirmou que Mato Grosso respondeu por parcela expressiva da produção agropecuária nacional, mas enfrentou obstáculos decorrentes de decisões em Brasília (DF). Citou a paralisação da Ferrogrão após ação judicial acolhida pelo Supremo e mencionou entraves em rodovias e projetos devido ao licenciamento ambiental. Declarou que esses bloqueios elevaram custos logísticos, reduziram competitividade e ampliaram a insegurança jurídica, o que afetou investimentos e agravou o endividamento no setor. Também criticou decisões do STF que, em sua avaliação, anularam legislações aprovadas pelo Congresso. Afirmou que o Senado teria a responsabilidade de restabelecer o equilíbrio entre os Poderes e cobrou posicionamento da Presidência da Casa.

Rosana Valle (PL - SP) - A Deputada protestou contra decisão monocrática de um Ministro do STF que definiu que apenas a PGR poderia solicitar *impeachment* de integrantes da Corte. Afirmou que a medida representava autoblindagem e interferência entre Poderes, com risco de concentrar autoridade em uma única instituição. Relatou sua experiência como jornalista e defendeu transparência, imparcialidade e liberdade de expressão. Pediu atenção da imprensa para o que classificou como desequilíbrio institucional e alertou que ações vistas como perseguição política poderiam atingir diferentes atores no futuro. Declarou que a democracia enfrentava ameaça e que o País corria risco de retroceder em liberdade, pluralidade e garantia de oposição.

Pedro Westphalen (PP - RS) - O Deputado registrou homenagem à servidora e atleta Caroline Silveira Netto, reconhecida como a primeira Embaixadora do Padel Social. Destacou que a iniciativa valorizava o esporte como ferramenta de inclusão, cidadania e desenvolvimento humano. Ressaltou o Projeto Ponto de Ouro, criado em Cruz Alta (RS), que oferecia prática esportiva, acolhimento e formação de valores para crianças, jovens e famílias. Afirmou que o novo papel assumido por Caroline ampliava a visibilidade do projeto e reforçava o compromisso de tornar o esporte acessível a quem precisava de oportunidades. Afirmou que a trajetória da homenageada unia serviço público, dedicação esportiva e impacto social, razão pela qual apresentou moção de louvor.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado anunciou a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2025, que altera a redação do § 4º do art. 212 da Constituição Federal para considerar o programa de alimentação escolar como despesa de manutenção e desenvolvimento de ensino, permitindo que gastos com



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

alimentação escolar sejam contabilizados dentro do mínimo constitucional de 25% da educação. Explicou que a mudança altera o dispositivo constitucional que hoje impede Estados e Municípios de utilizar recursos vinculados à educação para custear a merenda. Afirmando que a regra atual gera desequilíbrio, já que a União contribui, em média, com R\$ 0,50 por aluno/dia, enquanto Municípios assumem despesas de pessoal, insumos, energia, água e preparo dos alimentos; e, além disso, o custo por aluno em 2025 alcança R\$ 8,90 por dia, pressionando as redes municipais, responsáveis por mais de 60% das escolas do País. Na continuidade, defendeu que a alimentação escolar é parte do processo educacional, incentiva presença, reduz evasão e contribui para o desenvolvimento cognitivo. Por fim, explicou que a proposição segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), onde terá a constitucionalidade analisada antes de iniciar a tramitação formal.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada agradeceu aos coletivos de mulheres e mães que, ao longo de mais de uma década, mobilizaram-se pela revogação da Lei de Alienação Parental. Explicou que a norma vinha sendo usada para penalizar mães e crianças e, em alguns casos, para obrigar o convívio com agressores. Também destacou que a decisão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em caráter terminativo, representa um marco ao retirar um instrumento que vinha produzindo violência institucional. Por fim, celebrou o resultado como conquista histórica construída pelos movimentos que pressionaram o Parlamento e trouxeram visibilidade ao tema.

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado registrou homenagem ao Município de Santa Rita (MA), que completou 64 anos de emancipação, destacando a gestão do atual Prefeito Milton, sucessor de Hilton Gonçalo — agora pré-candidato ao Senado. Ressaltou entregas como o novo Centro de Especialidades Odontológicas, ações voltadas às famílias e pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), obras de infraestrutura e asfaltamento com recursos próprios, além do programa habitacional municipal Nossa Casa, inspirado no Minha Casa, Minha Vida, criado para enfrentar o déficit habitacional no Maranhão. Por fim, parabenizou o Prefeito pela condução considerada exemplar da administração local.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado registrou a presença do Vereador Neves Bolsonaro de Panorama (SP) na Câmara dos Deputados e afirmou que o Parlamentar tem “futuro na política paulista” e atua como aliado do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Reiterou críticas ao Estado brasileiro e declarou que Bolsonaro estaria sendo alvo de perseguição, segundo sua avaliação. Por fim, reforçou apoio ao Vereador e afirmou que sua bancada seguirá “em defesa da democracia”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado destacou a crise enfrentada pelo setor leiteiro, com ênfase no Rio Grande do Sul, que responde por cerca de um terço da produção nacional e reúne mais de 80 mil famílias produtoras. Argumentou que o preço pago pelo litro do leite caiu para menos de 2 reais, abaixo do custo de produção, enquanto despesas operacionais continuam em alta. Atribuiu o cenário à importação de leite em pó, tema de ação *antidumping* movida pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e afirmou que o Governo Federal avalia reabrir o processo após reconhecer prejuízos à cadeia produtiva. Além disso, relatou mobilizações de produtores em Hulha Negra (RS) e pediu medidas como fiscalização mais rigorosa, linhas especiais de crédito e políticas de apoio para recuperar competitividade e proteger empregos no setor.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado registrou a realização do evento Trombetas e Festas, promovido pela Igreja Cristã Maranata no Maanaim de Carapina, no Espírito Santo, com transmissão nacional e internacional. Destacou que o encontro reuniu lideranças religiosas, autoridades políticas e representantes militares, com foco em reflexões sobre escatologia, interpretação dos últimos tempos e a temática da volta de Jesus, além de momentos de louvor e ministração. Por fim, parabenizou a instituição pelos trabalhos desempenhados no Estado, no país e no exterior.

Zeca Dirceu (PT - PR) - O Deputado criticou o uso de recursos públicos para a manutenção dos gabinetes dos Deputados Alexandre Ramagem, Carla Zambelli e Eduardo Bolsonaro, afirmando que, mesmo sem exercerem o mandato ou estando fora do país, continuam movimentando estruturas administrativas que podem alcançar até R\$ 133 mil por mês cada. Afirmou que o gasto conjunto pode superar R\$ 4,8 milhões anuais, desconsiderando outras despesas de custeio. Argumentou que a prática afronta os princípios constitucionais da legalidade, moralidade, eficiência e economicidade, e defendeu auditoria interna, revisão das normas administrativas e eventual responsabilização caso haja dano ao erário. Por fim, propôs que a Casa avalie a suspensão de verbas quando não houver exercício efetivo do mandato.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado criticou decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que retira do Senado a prerrogativa de analisar pedidos de *impeachment* de Ministros do STF e transfere essa atribuição à Procuradoria-Geral da República (PGR). Afirmou que o país vive um ambiente de medo e descreveu como “presos políticos” pessoas detidas após os episódios de 8 de janeiro, incluindo casos no Distrito Federal e no Espírito Santo. Também citou exilados no exterior e voltou a mencionar a situação do ex-Presidente Jair Bolsonaro, defendendo que sua prisão é injustificada. Comparou o cenário brasileiro ao da Venezuela, alegando perseguição a opositores, e criticou o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, por, segundo ele, não reagir a ações que interpretava como arbitrariedades do Judiciário. Por



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

fim, afirmou que o Senado tem se afastado de suas funções constitucionais ao não enfrentar decisões do Supremo.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado criticou a permanência de três Deputados do Partido Liberal (PL) — Carla Zambelli, Alexandre Ramagem e Eduardo Bolsonaro — fora do país enquanto mantêm prerrogativas parlamentares e indicam emendas, classificando a situação como inaceitável. Também mencionou o assassinato de duas mulheres em uma escola do Rio de Janeiro por um CAC (Caçador, Atirador e Colecionador), apontando a flexibilização das armas no Governo anterior como elemento que agravou a violência. Destacou a urgência de enfrentar o feminicídio e a violência contra mulheres, defendendo que os homens revejam seu papel social. Em seguida, relatou episódio ocorrido na Comissão de Direitos Humanos (CDHM), em que afirmou ter sido atacado por Deputados do PL com acusações relacionadas ao aborto, às quais respondeu mencionando posicionamentos da liderança bolsonarista durante a pandemia e sobre a ditadura militar. Por fim, pediu o fim da violência e da escalada de agressividade no Parlamento.

Eriberto Medeiros (PSB - PE) - O Deputado defendeu o Programa Periferia Viva como política estruturante de redução das desigualdades urbanas no país. Afirmou que o programa representa a presença do Estado em territórios historicamente negligenciados, ao promover urbanização, saneamento, mobilidade, regularização fundiária e equipamentos públicos como escolas e unidades de saúde. Destacou que a iniciativa atua também no fortalecimento comunitário e na geração de oportunidades por meio de inovação e capacitação. Além disso, explicou que urbanizar favelas, palafitas e loteamentos informais é reconhecer a dignidade dos moradores e transformar periferias em espaços de potência social e econômica. Concluiu afirmando que investir nas comunidades é investir no futuro do Brasil.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado afirmou que as críticas dirigidas ao Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes e ao STF não procedem e classificou como reação natural às ameaças públicas feitas por setores da extrema direita que defendem formar maioria no Senado para viabilizar processos de *impeachment* contra Ministros da Corte. Disse que o STF exerce papel central na defesa da Constituição e na responsabilização de autoridades envolvidas em ilícitos, incluindo militares e o ex-Presidente Jair Bolsonaro. Em seguida, comentou declarações recentes do Presidente norte-americano Donald Trump sobre a América Latina, e disse que as manifestações não tratam de democracia, mas de interesses econômicos relacionados às riquezas naturais da região, citando as reservas petrolíferas da Venezuela. Por fim, defendeu a soberania dos países latino-americanos e rejeitou qualquer forma de intervenção externa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado destacou a publicação de três livros coordenados por ele, que reúnem especialistas para discutir temas centrais da conjuntura nacional: Além da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), que analisa a crise climática e propõe caminhos para posicionar o Brasil como potência socioambiental; Duas histórias e um golpe, obra de quase 500 páginas que revisita o *impeachment* de Dilma Rousseff, a prisão de Lula e os episódios que abriram espaço para a extrema direita, bem como a tentativa de golpe após sua vitória eleitoral; e Orçamento capturado, democracia desfigurada, que examina como a fragmentação orçamentária e o uso ampliado de emendas parlamentares distorcem a lógica democrática e o papel dos Poderes. Na oportunidade, anunciou o lançamento nacional das obras no Congresso e, em seguida, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e reafirmou sua defesa da independência dos Poderes ao criticar iniciativas que visam ao *impeachment* de Ministros do Supremo, citando a decisão de Gilmar Mendes como alinhada à Constituição e à preservação da democracia.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a condução econômica e política do Governo Federal ao afirmar que o País enfrenta desorganização administrativa e perda de confiança institucional. Citou a reprovação, pelo Tesouro Nacional, de um empréstimo destinado à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) como sinal de fragilidade na gestão e apontou a chamada “taxa das blusinhas” como medida que reduziu receitas da estatal. Na continuidade, afirmou que o Governo perdeu capacidade de articulação e passou a reagir a crises, destacando como exemplo a carta pública do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que expressaria tensão entre os Poderes e desgaste na interlocução com o Executivo. Por fim, afirmou que os episódios demonstram falta de direção estratégica e que o País necessita de maior estabilidade e clareza de rumos.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado destacou o avanço decisivo para a construção do novo campus da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) em Augustinópolis (TO), após o Governador em exercício Laurez Moreira autorizar a fase final do processo de licitação, que inclui homologação, adjudicação, contratação e emissão da ordem de serviço. Ressaltou que o projeto prevê investimento de R\$ 35 milhões em uma área de 30 mil m², com mais de 6 mil m² de estrutura, distribuída em quatro blocos, 30 salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditório, áreas administrativas e espaços de acessibilidade. Afirmou que a iniciativa consolida a expansão da UNITINS e fortalece a formação profissional no Bico do Papagaio, ampliando oportunidades e reforçando o papel da universidade no desenvolvimento regional. Por fim, ressaltou a participação do Reitor Augusto Rezende e a visita técnica aos laboratórios de saúde, apontando o impacto da obra na qualificação acadêmica e na interiorização do ensino superior no Estado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado aproveitou o Dia Internacional dos Direitos Humanos para afirmar que a data reforça a necessidade de avaliar a atuação do Estado na proteção da vida, da segurança e da liberdade dos cidadãos. Apontou o aumento da violência, a vulnerabilidade de crianças e famílias em áreas dominadas por facções e a sensação de impunidade, defendendo que a defesa dos direitos humanos deve priorizar o cidadão comum. Por fim, pediu que o Congresso reassumisse protagonismo, cobrou ação efetiva do Governo Federal e destacou que o País precisa de respostas concretas para garantir que direitos humanos representem, acima de tudo, proteção da vida.

Roberta Roma (PL - BA) - A Deputada destacou o Dia do Servidor Público ressaltando o papel dessa categoria na execução das políticas previstas na Constituição e no funcionamento do Estado em áreas como saúde, segurança, educação e justiça. Na continuidade, recuperou a trajetória histórica do serviço público desde 1808 e citou a atuação de profissionais da saúde durante a pandemia, além de comentar desafios enfrentados por policiais e professores, como riscos no exercício da função, falta de estrutura e desvalorização salarial. Por fim, afirmou que não há país forte sem setor público eficiente e defendeu que a valorização dos servidores é essencial para qualificar a prestação de serviços e fortalecer a relação entre Estado e sociedade.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado defendeu que a Câmara declare a perda do mandato da Deputada Carla Zambelli, afirmando que a Constituição não permite que alguém com sentença penal transitada em julgado, direitos políticos suspensos e pena de dez anos em regime fechado permaneça no exercício parlamentar. Argumentou que o relatório apresentado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) tenta sustentar uma interpretação sem respaldo constitucional, ao sugerir que a suspensão dos direitos políticos não impediria a continuidade do mandato. Destacou que o art. 55 da Constituição determina a perda automática do mandato em casos de condenação criminal definitiva com suspensão de direitos políticos, e que a função da Câmara, neste cenário, não é deliberar, mas declarar o efeito já estabelecido pela sentença. Argumentou que permitir a permanência no cargo criaria um precedente para que condenados utilizassem a imunidade parlamentar como blindagem e abriria espaço para distorções institucionais. Também relacionou o debate ao que classificou como tentativas de construir mecanismos de proteção a condenados, referindo-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares, denominada PEC da blindagem. Por fim, apontou que a votação sobre o caso é um teste de compromisso do Parlamento com a Constituição e que a decisão terá impacto direto sobre a credibilidade institucional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 270.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/12/2025

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou o veto presidencial ao Projeto de Lei nº 2.621, de 2023, que altera a Lei nº 13.146, de 2015, para tornar obrigatória a distribuição do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Afirmou que o veto se baseou na justificativa de que a medida criaria despesa sem fonte de custeio definida. Argumentou que o item tem baixo custo unitário e que a proposta foi aprovada por unanimidade na Câmara e no Senado. Além disso, destacou que o cordão é utilizado mundialmente para facilitar o reconhecimento de pessoas com autismo, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), epilepsia, depressão, ansiedade e outras condições não visíveis, reduzindo situações de constrangimento em espaços públicos e no acesso a direitos já previstos em lei. Por fim, reforçou que cabe ao Congresso analisar e eventualmente derrubar o veto, defendendo que a iniciativa representa uma ação de inclusão social de baixo custo e impacto direto sobre milhões de pessoas com deficiências não aparentes.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado apresentou dados de pesquisa que apontam o Brasil como o país que mais gasta com supersalários no serviço público entre 11 nações das Américas e da Europa; segundo levantamento da Universidade da Califórnia em San Diego (UCSD). Destacou que 53,5 mil servidores ativos e inativos recebem vencimentos superiores ao limite constitucional de R\$ 46.366,19, quase o dobro do registrado na Argentina, segunda colocada no *ranking*. Apontou que os maiores volumes de pagamentos acima do teto estão no Judiciário Federal e no Ministério Público. Ressaltou que os sete países analisados (Chile, Colômbia, França, Itália, México, Portugal e Reino Unido) não ultrapassam 2 mil casos de supersalários, enquanto a Alemanha não registra nenhuma ocorrência do tipo. Além disso, afirmou que quase 40 mil servidores brasileiros tiveram renda anual superior a R\$ 685 mil no período estudado, integrando o grupo do 1% mais rico da população. Explicou que o cenário compromete recursos de áreas essenciais como saúde, educação e segurança e evidencia distorções que violam princípios constitucionais de gestão pública. Por fim, defendeu uma reforma administrativa que estabeleça critérios remuneratórios compatíveis com a legislação, reduza desigualdades e enfrente abusos que afetam a credibilidade da administração pública e prejudicam a imagem da maioria dos servidores.

ENCERRAMENTO